



REDATOR PRINCIPAL

ALEXANDRE VIEIRA

* Propriedade da Confédération Geral do Trabalho *

EDITOR — JOAQUIM CARDOSO

Redacção e administração — Calçada do Combro, 38-A, 2.º

Lisboa — PORTUGAL

Ind. teleg. Valhala — Lisboa • Telefone: 2

Oficinas de impressão : Rua da Atalaia, 134

DE QUE MEIOS SE VEM SERVINDO

A Companhia Carris
para alcançar seus fins —
— aumento de tarifas

Aqueles que, por obrigação ou curiosidade, leem diariamente os jornais que se publicam em Lisboa, terão notado a insistência com que, em quase todos eles, vem sendo atacado o problema da viação eléctrica na capital. O assunto, tratado quase sempre em primeiras páginas, tem dado azo a uma verdadeira campanha jornalística

a que raras gazetas se tem alheado.

Os órgãos conservadores e os órgãos radicais, folhas monárquicas e folhas republicanas, jornais políticos, os que exploram o anúncio e os que exploram a chantagem, todos eles dedicaram as suas mais visíveis colunas a essa campanha que, com toda a evidência, se vê

promovida e paga pela própria Companhia Carris ao intuito de preparar a opinião pública para um grande golpe. Pretende-se que a opinião pública o receba sem protesto, habituada às ideias que a imprensa vai infiltrando nos espíritos, por meio dessa campanha venal sustentada

com o fim revoltante

de cercar uma vez mais os interesses do público. Os interesses do público estão, de facto, seriamente ameaçados, pois saiba-se que a Companhia Carris se mantém no afincado designio

de aumentar as tarifas das suas carreiras

não se sabe bem até que escândalo grau. Para justificar aos olhos do público esta intolerável pretensão, eis que af se patenteiam nos jornais uns números fantásticos e, em complemento,

produzem-se alegações falsas

mil rebuscadas hipocrisias convencendo o público de que o interesse deste está justamente em pagar mais para ficar melhor servido, no tocante à viação eléctrica. Nós trataremos, pois, como nos cumpre,

denunciar a maquinção

mostrando ao povo a força dos que se intitulam zeladores fiéis dos seus interesses, e a forma grosseiríssima por que se pretendem lançar-lhe

poeira nos olhos

para submetê-lo cavilmente a todas as formas da exploração capitalista.

Os banhos das Alcaçarias

Pretende-se acabar com eles, apesar da sua reconhecida utilidade pública

Há muitos anos que grande número de indivíduos se utilizam dos chamados banhos das Alcaçarias, da D. Clara, ao Terreiro do Trigo, propriedade de um indivíduo que comprou o prédio onde existe a nascente, por 7 contos de réis. Ultimamente, movido certamente por esse deplorável espírito de ganância que de todos que tem dinheiro se apoderou, propôz-se terminar com os banhos, transformando o edifício em estabelecimentos comerciais. Alarmados com o caso, os operários do Arsenal do Exército, que na sua maioria se utilizam desses banhos, cujos efeitos terapêuticos per todas as autoridades no assunto são reconhecidos, propuseram, por intermédio da sua associação de socorros mútuos, ao proprietário das Alcaçarias, a compra do edifício, com o intuito não só dos componentes da referida associação, mas o público, se utilizarem dos banhos, como até aqui pedindo aquela pequena quantia de 200 contos de réis. Como não podiam satisfazer tanto pesado quanto, que bem ateste os interesses mercantilistas daquele indivíduo, aqueles nossos camaradas dirigiram-se às entidades oficiais, fazendo-lhes ver os prejuízos que da extinção dos banhos das Alcaçarias resultariam para a população, concordando todos com elas, nadia, porém, resolvendo definitivamente.

E que a Liberdade que nós defendemos e amamos, ilustre anônimo, não é a mesma que o cavalheiro apregoa querer. A nossa Liberdade é de todos e para todos, enquanto a sua e dos seus correligionários é só para uso próprio.

Temos dito.

O calote Uma professora oficial escreve-nos a pedir-nos que chamemos a atenção do ministro da instrução para o facto de em certos concelhos os professores não terem ainda recebido os seus vencimentos re-

estampando, nos seus lugares de maior destaque, os comunicados que os agentes da Carris lá vão deixar e pagar, tudo isso sob a forma de artigos, ignobilmente mascarados, onde se fala a cada passo dos interesses do público, para que este deixe adormecer-se o canto da sereia e não sinta

A unha adunca que pelos seus bolsos desprecavidos pretende entrar, para lá efectuar o surrío dos últimos cobres. Para que o escândalo fique consumado falta-nos ver apenas

A vereação reduzida pelo suborno concedendo às prestações da Carris o preciso benéficio. As tarifas darão então o salto leônico, tam alto quanto quiser a gente de

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

Notas e Comentários

C. G. T.

— Então já de volta, senhora D. Ana? — E verdade. Cheguei anteontem. — E como vai a vida lá em Estremoz? — Oh! Um horror. O azeite éste ano está atingindo um preço assombroso. Nunca, em tempo algum, ele atingiu um preço assim. Calcule que disputa-se por tal forma o preço do azeite que apesar de já se estar a comprá-lo por 95 escudos o hectólitro, o que já corresponde a \$80 o litro ou \$85, há quem ofereça cento e cinco escudos, dizendo-se já à beira cheia que se deve vender o azeite éste ano à razão de \$20. Um escudo e vinte centavos é cada litro! Podré isto ser? Como pode pois o desgraçado trabalhador, ou mesmo a classe menos remetida, viver com o azeite a \$20 e o toucinho a \$60 cada quilo? Também é um assombro o preço que a carne de porco está atingindo, pois já ali se vende ao preço de \$2800 cada arroba! quando é certo que nos anos da guerra, o preço mais caro que ali se vendeu foi a \$1650, e agora que acabou a guerra vende-se a 2300! Porque não o governo uma tabela?

— No meu concelho — Cantanhede — onde manda-me dizer o meu pai — a cocheira éste ano foi extraordinária; não havendo memória de haver tanta azeitona, os assambadores por lá andam percorrendo os lagares, oferecendo pelo azeite à saída, ainda queente, \$800 por decalitro e por isso é que o pobre, que o pagava já caro, a \$80 o litro, pagava já a \$94, isto no centro da produção onde se espera haver mais de 500 cascos de azeite, e isto pelo baixo.

— E' uma pouca vergonha, senhor Soares. Não é exagero afirmar-se que por essa província fura o pobre jornaleiro e sua família passam verdadeira fome. O feijão está, por lá, a vender-se a \$350 os 15 litros e o milho a \$600. A batata custa \$290 e \$300 os 15 quilos; o arroz ordinário, a \$70 o litro; o azeite a \$94; a farinha de trigo, de segunda, a \$70. Açúcar, não aparece no mercado, vendendo-se, porém, subfrequentemente a \$200 o quilo. E as câmaras assistem indiferentes a todo esse estado de coisas. Não estabelecem tabelas de preços, nem os empregados da câmara nem os agentes fiscais se importam com isso para coisa alguma.

— As câmaras municipais! Pois se são constituídas exclusivamente pelos lavradores ainstados e pelos principais negociantes das localidades!

— Olhe: é isso mesmo que se dá com a câmara do meu concelho. Mas eu não sei onde isto vai parar, senhor Soares. O governo não toma provisões para evitar esta verdadeira roubaheira, éste verdadeiro assalto ao público em que se exige a bolsa e a vida. Os jornais falam, falam, falam mas tudo está na mesma, ou antes, tudo está cada vez pior. O governo não faz nada, absolutamente nenhuma.

— Não faz nem pode fazer senhora D. Ana. Ele próprio reconhece a sua impotência. Não há medidas legislativas, nem há repressões nem penalidades que ponham cobro a esta ambição de enriquecer, de viver roubando em vez de viver produzindo. A causa da carestia e sonegação dos gêneros é a organização econômico-política em vigor. Reside justamente no nosso novo regime econômico de que o político não é mais do que uma consequência.

Ora todas as medidas legislativas gravitam em torno da causa desses males sem tocar na essência do princípio que esses males originam. E não lhe tocam os governantes porque não lhes convêm.

— O senhor Soares é quem diz a verdade. E' tal qual como diz.

— Ora, senhora D. Ana, as medidas radicais que o problema reclama e impõe não podem descer de cima, como uma grava dos ricos e dos governantes. Só uma solução tendenciosa socialista poderia eficazmente melhorar a situação.

— Socialista?! Ai, credo! sr. Soares. Não fale isso. Ah! horrível! assim tanto o socialismo! Pois então deixe-se rebentar de fome e não se lamente nem lamurie, minha boa sr. D. Ana.

Liberdade Um anônimo, democristão por certo, escreve-nos dizendo que tão indignados nos mostramos contra a suspensão da Síntese e contra a proibição das exequias de Sidonio Pais que parece — a ele, é claro — inclinarmo-nos preferência para a política do chamado dezembrismo.

O anônimo está enganado. Nós estamos nos rentando para dezembrismo e para os dezembristas. A nossa solidariedade, naquelas circunstâncias, com os dezembristas ou sidonistas — como querem — provém da concepção elevada e lata que temos de Liberdade. Foi essa mesma concepção de Liberdade que nos levou, no tempo de sidonismo, a protestar contra o encerramento dos centros democráticos, contra a proibição da publicação dos jornais democráticos e contra a deportação, para a África, de políticos, sem julgamento.

— Começa hoje a instrução contraditória no processo crime que o ministério público move contra o nosso camarada Arsénio José Filipe pelo cartório do escrivão Tarroso, da investigação criminal.

O advogado do Conselho Jurídico irá inquirir as testemunhas.

União dos Sindicatos Operários

NOTA OFICIAL

Em conformidade com a circular dirigida dêsse organismo, enviada a todos os sindicatos de Lisboa e publicada em A Batalha de 13 do corrente, é hoje que pelas 20 horas, na sede desta União, se realiza a reunião das comissões administrativas dos referidos sindicatos, a fim de se tomarem deliberações e se assentar na marcha futura deste organismo para que o mesmo possa cumprir com o resolvido no II Congresso Operário Nacional.

Fica por esta forma convidado qualquer sindicato no qual por lapso não fosse dirigida a referida circular.

A crise da Imprensa

A reunião de ontem

Conforme estava convocada, reuniu-se ontem na Associação Industrial Portuguesa a assembleia geral dos representantes das empresas jornalísticas, deliberando-se nomear uma comissão constituída pelos srs. João Pereira da Rosa, Jorge de Abreu, dr. Augusto de Castro, Manuel Guimarães e Herculano Nunes para se entender com o governo e outras entidades e apresentar no mais curto espaço de tempo o resultado das suas diligências.

NOTAS & COMENTÁRIOS por PEREITO DE CARVALHO Recebem-se pedidos na administração da Batalha.

C. G. T.

O II CONGRESSO DA C. G. T. DE ESPANHA

Na magna assembléa proletária de Madrid discute-se problemas que interessam não só aos trabalhadores de Espanha, mas aos de todos os países

(Do enviado especial da C. G. T. de Portugal)

MADRID, 15.— Eis a moção relativa à fusão dos dois organismos centrais (U. G. T. e C. N. T.), a que me refere que o comité confederal considerou:

Considerando que as tácticas e princípios ideológicos da Conféderação Nacional do Trabalho e da União Geral dos Trabalhadores são diametralmente opostos e estão completamente definidos, e por isso de ninguém ignorados, entendem os sindicatos proponentes que não se deve fazer a fusão dos dois organismos, mas sim à absorção dos organismos de que se compõe a U. G. T.

Primeiro: porque a Confederação representa um número de adeptos três vezes maior; segundo: porque, sendo, como anteriormente se diz, conhecida a táctica seguida pela Confederação, e tendo sido convidados para este Congresso os elementos da União, o facto de não terem comparecido demonstra que tais elementos não aceitam a táctica confederal, sendo, pois, inútil a realização de outro congresso, visto que elas não poderiam convencer-nos a adoptar os seus métodos de luta.

Além disso, os proponentes lembram ao Congresso a necessidade de redigir um manifesto dirigido a todos os trabalhadores de Espanha, concedendo-lhes um prazo de três meses para o seu ingresso na Confederação Nacional, declarando-os amarelos no caso que não o façam.

O dia de 8 horas e o trabalho noturno

Na 6.ª sessão foram aprovados vários pareceres: o de horário de trabalho, reconhecendo como máximo o dia de 8 horas, estabelecido por lei, devendo esta ser extensiva aos operários de mar, o de 7 horas para os mineiros de carvão, devendo este ser extensivo a todos os que trabalhem no sub-solo sem exceção.

O trabalho noturno deve ser por completo suprimido e quando haja de haver exceção, sejam as horas de trabalho reduzidas ao mínimo.

Um mínimo de salário deverá ser estabelecido em toda a Espanha, empregando-se a organização nesse sentido, não devendo cada operário exercer mais do que uma profissão, ou fazer mais que um jornal num só dia.

A guerra à gorgeta

O regime da gorgeta foi considerado atentatório da dignidade pessoal e profissional, assentando-se em que os confederados devem recusar-se a pagar a gorgeta seja a quem for, forçando os operários sujeitos a este regime vergonho a conquistar os patrões aumentos de salários. A imprensa operária iniciará uma campanha com esse fim.

A falsificação de generos

Para evitar a adulteração de generos e a falta de peso, a organização reclamará laboratórios de análise e postos de represso em cada bairro, nas grandes cidades, e nas pequenas povoações um central, com o fim de se fazer o boicot aos produtos que se verifique estarem em mau estado de consumo, ou com falta de peso. Este trabalho deverá ser completado pela classe trabalhadora, que deverá recusar-se a produzir com materiais cuja adulteração for comprovada.

Os comités operários nas fábricas e oficinas

Para se estudar as condições e desenvolvimento das indústrias e do comércio, deverão existir em cada fábrica, oficina ou armazém comissões de técnicos, operários e caixeiros que exercerão o controlo, elaborarão estatísticas e inspecionarão os livros de contabilidade.

Este trabalho deverá ser empreendido desde já pelos organismos suficientemente fortes e com condições de o levar a efeito com probabilidade de êxito.

O problema das subsistências é um problema de produção, e neste sentido os dados colhidos por aquelas comissões e fornecidos aos comités das organizações locais, contribuirão para o estudo das causas da carestia da vida.

A questão do inquilinato

Relativamente ao inquilinato, transcrevo a seguinte moção na íntegra, por ser uma questão em que a organização portuguesa está neste momento empolgada:

“Tendo em consideração que o problema da habitação não poderá ser radicalmente solucionado enquanto não se proceda à socialização dos imóveis, mas que, no entanto, é de absoluta necessidade para atingir os abusos dos proprietários proceder uma rápida e energética acção, a comissão propõe:

1.º Que a Confederação Nacional do Trabalho declare e dia 1 de Janeiro de 1920 a greve geral de inquilinos em toda a Espanha; a partir daquela data os inquilinos negar-seão energeticamente a pagar os alugueres, persistindo nesta atitude enquanto os senhores não respeitarem os alugueres que percebiam em 1914. Esta acção será dirigida pelas Federações locais, as quais nomearão, para maior facilidade de trabalho, as comissões conciliares ou por bairro que julguem necessário; fica entendido que os proprietários ou a Câmara da Propriedade deverão negociar directamente com as organizações operárias.

2.º Em quanto se chegue à socialização dos imóveis, os organismos de serviços de construção e das profissões liberais, engenheiros, arquitetos, professores, etc.

PELA POLÍTICA

O parlamento é uma instituição destinada a satisfazer a verdade e a ambição dos deputados, que só procuram satisfazer os seus interesses pessoais. — Max Nordau (filo do seu avô).

No palco parlamentar

O parlamento espelho do país.

Os nossos ilustres pais da Pátria tem dão ao rabo com as críticas da imprensa à forma desordenada como decorrem as sessões da Câmara e à imprevidência dos trabalhos parlamentares. Contra essas críticas tem lavrado todos os partidos os seus protestos, atribuindo uns aos outros a responsabilidade dos actos que dão origem a essas e censuras. Mas, para o observador imparcial, nenhum dos grupos parlamentares pode tirar pedras ao vizinho.

A prova disto tivemos na sessão de ontem.

O Sr. Plínio Silva, democrático, pediu a palavra sobre a acta, ressaltou o incidente da véspera, que, bem ou mal, estava liquidado, censurando a tolerância da maioria num longo discurso que durou bem uns dez minutos, e que o orador fechou dizendo ser necessário trabalhar e não se perder tempo com palavras!

O Sr. Eduardo de Souza, liberal, pediu a palavra para estranhar que na acta não tivesse sido registado o facto de, na sessão anterior, o sr. ministro das colónias ter-se mostrado à câmara, entrando pela porta da direita e desaparecendo pela da esquerda!

O Sr. António Granjo, também liberal, pedindo a palavra para interrogar o meia, fez também um grande discurso para mostrar que era necessário concluir o debate sobre o negócio do arroz; e a respeito da pergunta a formular à meia... nicles!

O sr. Campos Melo, socialista, inscreveu-se na discussão sobre o projecto dos telegafos e telefones, para dizer que usava da palavra para que na Colônia subesssem que ele não tinha descurado os seus interesses!

Comentando esta mania do discurso e os fracos de que os deputados se servem para escalar a palavra e ainda a preterição constante dos trabalhos marcados na ordem do dia, o Século da noite de ontem preguntava:

«Mas não será o parlamento o responsável?»

Na verdade, a desordem nacional está ali bem refletida, ou, talvez melhor, a desordem do parlamento é que se reflete no país.

O parlamento está sempre fora da ordem, isto é, nunca entra na ordem.

E o curioso é que são todos a contribuir para essa desordem, incluindo os ministros.

Tal como sucede com a desordem nacional, E' sempre o governo que contribui para essa desordem.

A situação financeira do Estado

O sr. Cunha Leal, ex-anarquista, ex-sindicalista, ex-machadista e popular, em quanto não fôr também ex-popular, continuou ontem a sua importante interpelação ao ministro das finanças sobre a situação financeira do país.

Eis um resumo do discurso do fogo parlamentar:

Tudo indica que estamos em regime de balança económica deficitária, devendo ser esta a causa profunda da despreciação cambial. Os factores — nervosismo da praça, exagero de circulação fiduciária, e especulação individual — aparecem como muito secundários e actuando subsequentemente à produção do fenômeno. Da parte dos Bancos Portugueses deve ter havido especulação e não no sentido de melhorar os câmbios, o que, porventura, deixou alguns a descoberto. Para saírem o deficit e saírem da situação presente, o recurso final e último é um empréstimo externo em ouro, sem que se torna impossível a execução dum largo plano de fomento, que, iniciada nas circunstâncias actuais, agravaría ainda mais as condições do momento.

O orador diz que, para obviar à facilidade de especulação individual, se torna necessário fazer um empréstimo interno forçado, à taxa nunca superior a 1 ou 2%, incidindo de preferência sobre as fortunas posteriores à guerra e nos moldes do projeto apresentado à Câmara italiana; que poder-se-ia assim quemar uma parte do papel que excessões das necessidades do nosso mercado e fazer participar o Estado na emissão das Empresas a constituir no sentido de criar novos rendimentos para o Estado e que, para de momento se remediar, tanto quanto possível, o mal, devendo-se recorrer:

a) ao rápido transporte para a metrópole de todo o milho colonial disponível, o que, não sendo exigido computá-lo em 40.000 toneladas, nos permitiria dispensar 40.000 toneladas de trigo, que custam hoje cerca de 1 milhão de libras;

b) ao rápido balanço dos nossos stocks disponíveis lá fôr, utilizando os nossos navios, de preferência nissos, criando agências lá fôr para a sua colocação, e entrando em acordos económicos com os países estrangeiros, no sentido de facilitar esta tarefa;

c) promover a rápida venda desses stocks disponíveis lá fôr, utilizando os nossos navios, de preferência nissos, criando agências lá fôr para a sua colocação, e entrando em acordos económicos com os países estrangeiros, no sentido de facilitar esta tarefa;

d) fazer um balanço aproximado das necessidades do nosso mercado, metro-

já organizados, estudem o valor exacto ou approximado das habitações para serem alugadas segundo esse valor.

3º Para combater a carestia das habitações a medida mais eficaz consiste na expropriação das porções de terreno não edificado; enquanto não se poder levar à prática esta medida, seria conveniente que da construção de novos imóveis se encarregasse os sindicatos de construção, de acordo com os sindicatos técnicos, a fim de se suprir o intermediário, que é um dos principais factores da alta dos alugueres.

A organização influira no sentido de que os senhorios não recusem o aluguer das habitações às famílias numerosas. Outros não consentiria que se conseguiram mais prisões.

MJ. de SOUZA,

é organizado, estudem o valor exacto ou approximado das habitações para serem alugadas segundo esse valor.

3º Para combater a carestia das habitações a medida mais eficaz consiste na expropriação das porções de terreno não edificado; enquanto não se poder levar à prática esta medida, seria conveniente que da construção de novos imóveis se encarregasse os sindicatos de construção, de acordo com os sindicatos técnicos, a fim de se suprir o intermediário, que é um dos principais factores da alta dos alugueres.

A organização influira no sentido de que os senhorios não recusem o aluguer das habitações às famílias numerosas. Outros não consentiria que se conseguiram mais prisões.

Cooperativa "A Pioneira" — A

Cooperativa Operária "A Comuna" — A